



Herança colonial nas letras brasileiras do XIX: A influência das ideias francesas nas Faculdades de Direito. Lendo os franceses sob o filtro do pombalismo

Ricardo Borrmann
Bremen

Introdução: proposta e hipótese

A hipótese que propomos neste artigo é a seguinte: o rompimento com certa «matriz ibérica» (Faoro 1975; Saldanha 1978a; Neder 2007; Neder / Cerqueira Filho 2007) no pensamento social e político brasileiro só será realizado em fins do século XIX, no nordeste do país, mais especificamente em Pernambuco, por um pensador considerado o fundador do movimento intelectual da denominada «Escola do Recife»¹ e, portanto, vinculado à famosa «Geração de 1870» (Alonso 2002) no Brasil. Falamos de Tobias Barreto de Menezes (1839-1889).² Ele será responsável por promover uma ruptura com as fontes tradicionais e os hábitos de leitura vigentes (Darnton 1992) ao estudar e recepcionar autores de fala alemã. Somente a partir desta ruptura é que se produzirá um pensamento liberal e antitomista no Brasil, fora dos cânones ibéricos, e pautado por um laicismo de corte radical.

A recepção do pensamento de fala alemã no último quarto do XIX

Intelectual de origem sergipana, negro, formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1869 (Grinberg 2002), Barreto foi o primeiro intelectual a romper com as práticas de leitura e as influências intelectuais em voga naquela época (Chartier 1996; Pallares-Burke 2005) ao se dedicar tanto ao estudo do

¹ Há uma série de textos considerados «canônicos» sobre a «Escola do Recife». Enumeramos aqui apenas alguns deles: Paim (1966), Chacon (1969), Beviláqua (1977) e Saldanha (1978).

² Há alguns textos de cunho biográfico sobre Tobias Barreto. A maioria baseia-se no mesmo conjunto de fontes, que se repete. Limitar-nos-emos a citar a fonte bibliográfica mais «clássica» (e, conseqüentemente, mais citada), assim como a mais recente: Lima (1957) e Mercadante (2006).

idioma alemão quanto aos autores de fala alemã. Foi responsável ainda pela divulgação quase militante do pensamento e da cultura de língua alemã. Entretanto, essa mudança não se efetuou de forma abrupta, automática. Ela foi resultado de um processo que partiu das fontes tradicionais lidas pela intelectualidade brasileira, ou seja, sobretudo do pensamento francês, lido com um «toque ibérico», como se pretende demonstrar aqui.

Tobias Barreto recebeu sua formação universitária na conceituada Faculdade de Direito do Recife, na segunda metade da década de 1860. Iniciou sua carreira como intelectual e jornalista (Lima 1957: 18), acompanhando sobretudo os debates levados a cabo pelos autores franceses (Costa 1956: 307-308; Costa 1957: 129; Oberacker Jr. 1990: 269), especialmente através da *Revue des Deux Mondes*, que alcançou o status de veículo oficial da intelectualidade brasileira durante o Segundo Reinado (Neves / Machado 1999: 274). Através dessa revista, provavelmente, Barreto entrou em contato com os autores de fala alemã que circulavam no universo intelectual francês, muito citados ali em fins da década de 1860 e inícios da seguinte.³

Queremos nos focar, entretanto, em outra menção que Barreto faz em seus artigos iniciais do ano de 1868 e que parece ter funcionado como referência básica para os seus estudos filosóficos naquela altura. Trata-se de uma referência sintomática, que serve como «indício» (Ginzburg 1989) de certas práticas de leitura da intelectualidade brasileira da época.

Em um de seus primeiros textos de crítica filosófica, denominado «A propósito de uma teoria de S. Tomás de Aquino»⁴, de 1868, seu penúltimo ano da Faculdade, Tobias Barreto menciona um volume chamado *Filosofia Fun-*

³ Ver especialmente edições de Set-Out de 1869. Nesta última encontra-se um artigo sobre o avanço científico alemão intitulado *L'Enseignement supérieur des sciences en Allemagne*, onde o nome de Georg Heinrich August Ewald, um dos primeiros autores alemães lidos por Barreto, é mencionando como *orientaliste de Goettingue* (Pouchet 1869: 445). Especialmente a partir de 1870, com o avanço da Guerra franco-prussiana, o número de artigos sobre os territórios alemães cresceu exponencialmente. Ver edições de Jan.-Fev., Jul.-Ago. e Set-Out de 1870. Despontam sentimentos contraditórios com relação aos alemães: por um lado admiração pelos avanços no campo científico e da educação, por outro, temeridade quanto à política bélica e expansionista prussiana. Ver, por exemplo, o artigo *La Morale de la Guerre de la Prusse – Kant et M. de Bismarck*, de autoria de M. E. Caro (1869). Consultamos as edições presentes no acervo digitalizado da *Bayerische Staatsbibliothek* (BSB).

⁴ Citaremos aqui a edição mais recente das *Obras Completas* de Barreto, com direção geral de Luiz Antônio Barreto, publicadas pela editora Record em fins dos anos 1980 e inícios de 1990, em parceria com o Governo do Sergipe e com o Ministério da Cultura. A edição da obra filosófica, intitulada *Estudos de Filosofia* tem organização de Paulo Mercadante e Antônio Paim (cf. Barreto 1990a).

damental, de certo Jacques Balmès (Barreto 1990a: 72). Inicialmente, parece tratar-se de um filósofo francês, mas não, ledô engano: Logo adiante, Barreto o qualifica como «filósofo espanhol» (72). Trata-se, na verdade, do teólogo catalão Jaime Luciano Antonio Balmes y Urpiá (1810-1848), especialista em São Tomás de Aquino e qualificado pelo papa Pio XII como o «príncipe da apologética moderna». Malgrado a proximidade maior do idioma espanhol com o idioma português, Barreto teve acesso e estudou a tradução francesa da obra do teólogo catalão, citando-o com a grafia francesa – *Jacques Balmès* (72).

A partir das leituras de Balmes, Barreto também se refere ao filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), em grafia igualmente francesa – *Leibnitz* (74). Não é de se espantar, pois no volume *Philosophie Fondamental*⁵, de 1852, Balmes dedica longos capítulos ao filósofo. Sobre Leibniz, Barreto afirma que, quando o filósofo «dizia ter achado ouro na ciscalhagem [nas engrenagens] da escolástica», ele se enganava: «eram os reflexos do seu próprio gênio projetados sobre aquele muladar [esterco] que ele tomava como preciosidades daqueles tempos [...]» (74). Em Balmes, por sua vez, encontra-se o alerta de que os filósofos alemães «modernos», leia-se, os idealistas, esqueceram-se do conselho de Leibniz de que se deveria ler os escolásticos.

Diz Balmes:

Entre as várias passagens de Leibnitz sobre os escolásticos, prefiro expor a seguinte, que me parece sumamente curiosa. 'A verdade está mais difundida do que se crê. Mas com farta frequência se viu envolta, debilitada, mutilada, corrompida com adições que a colocam a perder, ou a fazem menos útil. Notando esses traços de verdade nos antigos, ou para falar de maneira mais geral, nos anteriores, se tiraria ouro da lama, o diamante da mina, luz das trevas... (Balmès, 1852: 127)

Justo na passagem citada por Balmes, encontra-se a referência à metáfora do ouro e da lama. Ainda em outro momento, no mesmo escrito de Barreto sobre Tomás de Aquino, ele qualifica Spinoza, em tom um pouco irônico, de «ímpio», com suas «malditas, excomungadas teorias» (Barreto 1990a: 73). Já em Balmes, encontramos a seguinte referência a Spinoza: «Malebranche [padre oratoriano francês] chamava Espinosa de o *ímpio de nossos dias*, e o Sr. Cousin [filósofo francês eclético] se atreve a chamar Malebranche de Espinosa cristão» (Balmès 1852: 411; grifo em itálico do original).

⁵ Consultamos a edição de 1852 na plataforma digital Gallica, da *Bibliothèque nationale de France* (BnF).

Ao comparar Leibniz com os «modernos filósofos alemães», Balmes afirma que as diferenças entre ambos são tão marcantes que não requerem comentários:

elas se manifestam até a última evidência que os filósofos alemães modernos não podem esconder-se com o nome de Leibnitz; mesmo que, a bem dizer a verdade, não é esta a fragilidade desses filósofos; longe de buscar guias, todos aspiram a originalidade, sendo esta uma das principais causas de suas extravagâncias. Hegel, Schelling e Fichte, todos pretendem ser fundadores de uma filosofia; e Kant abrigava a mesma ambição. (Balmès 1852: 85)

Com tais fontes de leitura, não é de admirar que Barreto se referisse ao idealismo alemão como as «libérrimas e errôneas doutrinas da moderna Alemanha» (Barreto 1990a: 74). Essa opinião irá mudar, porém, assim que mudarem as referências e ele passar a se dedicar ao estudo do idioma alemão. Pouco mais de um ano depois, quando já cursava o último ano da Faculdade de Direito, exporá o seguinte na crítica à obra de filosofia *Fatos do espírito humano*, publicada em 1858, e de autoria de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882):⁶

Se falou em Kant, não foi porque o conhecesse diretamente pelo estudo e meditação de suas obras, mas foi tendo ante os olhos a fotografia do filósofo tirada por Cousin. Os grandes descendentes de Kant, os triunviratos da filosofia alemã, Fichte, Schelling, Hegel, não lhe mereceram um cêntimo de atenção. (Barreto 1990a: 85)

Barreto bem conhece os hábitos de leitura da intelectualidade brasileira, pois ele fora socializado entre estes, como o comprova suas leituras de um ano antes, quando lera os alemães a partir da fotografia de um outro – um filósofo catalão (escolástico-tomista) afrancesado. Parece que Barreto se deu conta da importância de estudar os alemães a partir de suas polêmicas de crítica religiosa nos anos de 1869-70, sobretudo com o jornal *O Católico*, do Recife.⁷ Dentre os primeiros volumes que adquire em alemão estão obras sintomáticas da mudança de mentalidade por que passa: adquire uma gramática dos irmãos Grimm⁸ e a *História do Povo de Israel*, do orientalista alemão de origem judaica Georg Heinrich August Ewald (1803-1875).⁹

⁶ O artigo de Barreto foi publicado em série no *Correio Pernambucano* e intitulou-se igualmente «Fatos do Espírito humano».

⁷ Para as polêmicas, cf. Barreto 1990b.

⁸ Referimo-nos aqui aos germanistas Jacob e Wilhelm Grimm, nascidos em Hanau, respectivamente em 1785 e 1786. Jacob faleceria em Berlin, em 1863, e Wilhelm, em 1859, na mesma cidade. Sua grande obra seria seu *Dicionário Alemão dos Grimm* (*Grimm Deutsches Wörterbuch*), marco do alemão moderno, que todavia permaneceria incompleta durante suas vidas.

⁹ Barreto mesmo demonstra a aquisição destas obras através de suas citações. No entanto, diver-

Ewald¹⁰ fez parte, junto com os Grimm, do grupo de sete professores da Universidade de Gotinga que foram expulsos por protestarem pelas direções autoritárias tomadas pelo novo Monarca de Hannover, que pretendia dissolver a constituição de caráter mais liberal do Governo autônomo da região. Alguns dos membros do grupo, dentre os quais Jacob Grimm e Georg Heinrich Ewald, participaram posteriormente da Assembleia Constituinte liberal de Frankfurt em 1848.

Podemos nos perguntar o que levou Barreto a dar essa virada epistemológica no pensamento social e político brasileiro. Vamos conjecturar daqui em diante. Em 1867 Barreto perderia a vaga de filosofia do respeitado colégio recifense Ginásio Pernambucano para José Soriano de Sousa (Lima 1957: 8), um tomista e futuro arqui-opositor de Barreto por trás das disputas com o periódico *O Católico*¹¹ (Costa 1967: 329). Apesar de ter ido melhor nos exames, Barreto não ganhou a posição com a justificativa de que não era casado, tamanho o conservadorismo da época (Lima 1957: 8). A rivalidade pode ter fornecido a ocasião psicoafetiva, mas o contexto histórico se encarregou do resto.

O rompimento com o «francesismo» predominante na cultura brasileira se deu justamente nos anos de crise do Império e de crise religiosa. No plano nacional há o acirramento da «Questão Romana», o Concílio Vaticano I (1870), com seu dogma da infalibilidade papal, e o contexto da Guerra Franco-Prussiana. Em 1879, dez anos depois, Barreto fundaria no município de Escada, no interior de Pernambuco, um jornal alemão intitulado *Deutscher Kämpfer* [*O combatente alemão*] (Lima 1957: 26). No seu prefácio dirá:

Descuidadosamente continua o Brasil a ser um satélite da França. Para ele a Alemanha é ainda, como sempre, o reino do idealismo antipático, da fantástica poética. Os nossos escritores continuam a mover-se no meio dos prejuízos que costumavam haurir nos livros franceses. Em matéria de arte, de religião, de política, nosso modo de pensar e sentir é oriundo de França, afeiçoado segundo os seus modelos. Deste modo, qualquer dos nossos pretensos pensadores e escritores tem, por assim dizer,

so analistas o notaram também (cf., por exemplo, Chacon 1990 e Oberacker Jr. 1990). É de se reparar, ainda, que a obra de Ewald se encontra no acervo de livros de língua alemã de Barreto, presentes na Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco (Losano 2000: 251ss.).

¹⁰ Sobre Ewald é importante notar que este foi membro do *Deutscher Protestantenverein* (DVP, Associação Alemã de Protestantes), fundado em 1863. Como já mencionamos acima, Ewald é citado também na *Revue des Deux Mondes* de Set-Out. de 1869 (Pouchet 1869). Pode ter sido através desta revista que a curiosidade de Barreto foi atizada para o autor.

¹¹ Sobre os sentimentos de Barreto quanto a Soriano, ver seu artigo «O atraso da filosofia entre nós» (1872), onde critica a obra do último (Barreto 1990a: 162-179).

seu par de muletas francesas, com as quais unicamente pode caminhar; e é por isso que as letras brasileiras padecem da indigência de uma própria vida substancial. (Barreto 1991: 50)

Mas onde estará a tal «herança ibérica»? Acrescentamos um subtítulo a este artigo, que talvez seja mais esclarecedor a respeito do nosso argumento: «Lendo os franceses sob o filtro do pombalismo». A «herança ibérica» esteve presente sobretudo através das Faculdades de Direito e da formação jurídica no Brasil (Neder 2007), mas pode ser percebida também a partir da circulação e apropriação de certas ideias e livros entre os dois lados do Atlântico, da qual são sintoma.¹² É sobre esses pontos que devemos nos concentrar a partir de agora.

Lendo os franceses sob o filtro do pombalismo

O século XVIII viu uma redefinição das relações entre Igreja e Estado em Portugal, com o fortalecimento de certas tendências intervencionistas (ou regalistas) de parte da Coroa portuguesa sobre a Igreja (Souza 2011). Apesar da relativa diminuição do poder da Igreja em relação ao Estado e do claro projeto de limitar as ingerências da Cúria Romana no âmbito do governo, isso não significou que a Igreja tenha deixado de ter um lugar importante no edifício sociopolítico português (Neder 2007; Souza 2011). Nesse sentido, há duas teses que queremos problematizar:

1.) As Reformas iniciadas pelo ministro forte de D. José I (1714-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o futuro Marquês de Pombal (1770), significariam uma «ruptura com a Igreja» e uma abertura de Portugal para uma fase «iluminista» (Campos 1978). Primeiro há de se esclarecer de que «iluminismo» se está a falar aqui, ou seja, deve-se tratar das especificidades do «iluminismo luso».¹³

¹² Sobre o tema da circulação de ideias e livros entre os dois lados do Atlântico, a sua importância nos foi realçada pelas seguintes pesquisas: Neder / Silva 2009 e Neder 2011.

¹³ Há várias expressões para se qualificar o iluminismo português. Sobre o tema, ver Domingues 2003. A autora usa a expressão «iluminismo católico», com a qual estamos de acordo. Pensamos que a expressão, ao invés de compactuar com a ideia de «atraso», ainda frequente na historiografia, comporta a ideia de caminhos distintos para a «modernidade» em direção às «Luzes». Assim, abre-se a possibilidade para uma análise dinamista e crítica da expressão. Trata-se da mesma expressão – «iluminismo católico» – adotada também por Souza 2010. Optamos, no entanto, por usar uma expressão mais específica, «iluminismo luso(-brasileiro)», empregada e qualificada por Neder (2007) em sua pesquisa sobre o tema.

2.) A história espiritual do Brasil ter-se-ia dividido em duas fases: a portuguesa, marcada pelo jesuitismo, e a francesa, a partir da expulsão dos jesuítas na segunda metade do século XVIII. A outra tese, sua correlata, seria a de que a reforma da Universidade de Coimbra, sob Pombal, significou um «laicismo» que abriria uma fase francesa caracterizada pelo «enciclopedismo» (Villaça 1975). A História é sempre muito complexa, de forma que não se devem ver as coisas em «preto-e-branco». Preferimos, pois, relativizar as afirmações de cunho categórico e falar em «rupturas e continuidades» (Neder 2007). Nesse sentido, gostaríamos de apresentar novas proposições:

A ação pombalina não teria sido dirigida contra a Igreja, mas buscou, numa lógica moderna de Estado, limitar seus poderes, agindo particularmente contra alguns grupos religiosos específicos que ameaçavam o seu projeto político. Nesse sentido, foram favorecidas algumas tendências religiosas e ganharam força em Portugal ideias jansenistas e galicanas, que já circulavam no Reino de Portugal desde fins do século XVII e se coadunavam com o projeto regalista de Pombal. A Congregação do Oratório, que se veria fortalecida após a extinção da Companhia de Jesus, foi fundamental na divulgação dessas ideias (Souza 2011).

Procuraremos demonstrar, ainda, que a influência das ideias francesas no Brasil a partir de fins do século XVIII não se deu em substituição, nem mesmo em oposição à influência portuguesa, mas sim através dela, daí poder-se falar em «matriz ibérica». Após a independência, buscou-se apagar essa mediação ibérica na esteira do projeto de «construção da Nação», e por isso a França tornou-se a «Nação cultural» *par excellence*.¹⁴

Portugal em meados do século XVIII: a expulsão da ordem dos jesuítas

Até meados do século XVIII os jesuítas dominaram a paisagem intelectual do reino de Portugal e de suas colônias.¹⁵ Nesse sentido, a expulsão da ordem dos jesuítas constituiu um marco no que se refere à orientação cultural e pedagógica que vigorava em Portugal (Azzi 1991). Embora a expulsão da ordem não tenha inaugurado a era pombalina, ela representa, sem dúvida,

¹⁴ Sobre a importância da cultura francesa no Brasil há inúmeros pontos de referência nas diversas áreas. Limitamo-nos a mencionar dois apenas, mais focados no campo das ideias e do pensamento, que nos interessam mais diretamente; cf. Costa 1962 e Azzi 1991.

¹⁵ A expulsão dos jesuítas foi assunto de diversos livros. Vamos concentrar nossas referências em dois textos, cujos enfoques tocam mais diretamente a temática da consequência da expulsão para o campo mais vasto da cultura: cf. Werebe 1971 e Paim 1974.

o processo reformador de forma paradigmática. À extinção dos colégios inaianos seguiu-se a implantação de uma nova legislação sobre a educação que visava «renovar» os métodos de ensino, banindo as ditas «reminiscências jesuíticas», ou seja, especialmente a escolástica medieval (Souza 2011).

Os objetivos das reformas de Pombal no campo do ensino eram promover uma atualização histórica da sociedade portuguesa, abrindo-a para as inovações científicas que circulavam no restante da Europa. Nesse processo, o método pedagógico jesuíta (*Ratio Studiorum*) foi apresentado como responsável pelo suposto «atraso» português com relação ao resto do continente (Neder 2007).

Rompimento com os jesuítas e a Congregação do Oratório

As primeiras rupturas com o monopólio jesuíta do ensino já haviam ocorrido antes, ainda no reinado de D. João V (1689-1750), sobretudo com os incentivos dados pelo monarca à Congregação do Oratório (Neder 2007: 105; Azzi 1991: 48). Por não ter votos além da obediência, os oratorianos distinguem-se das demais ordens religiosas, dispondo de uma autonomia consideravelmente maior com relação ao papado. Foi especialmente através dessa ordem que as ideias jansenistas e galicanas foram divulgadas em Portugal (Azzi 1991; Souza 2010). Quanto ao galicanismo, referimo-nos basicamente à versão francesa do «josefinismo» austríaco e do «febronianismo» prussiano. Por jansenismo entendemos, especificamente, a corrente pascalina em torno de *Port Royal*.¹⁶

O rompimento das relações diplomáticas da coroa portuguesa com a Santa Sé, entre 1760 e 1769, cumpriu o papel de acelerar as reformas. Assim, a ruptura com as concepções ultramontanas (ou seja, romanistas) teve como contrapartida a influência de princípios jansenistas e galicanos. Porém, não se deve exagerar o alcance das reformas pombalinas. Malgrado o reformismo mais acentuado e a circulação das ideias iluministas na Europa, a coroa portuguesa procurou agir com moderação, a fim de evitar posições mais radicais (Souza 2011: 229).

Assim, o iluminismo luso conservou-se numa estrutura absolutista de poder. Tratou apenas de substituir a monarquia absoluta sacralizada pela Igreja por um absolutismo ilustrado, dominado pela razão de Estado riche-

¹⁶ Para detalhamento maior destas definições, recomenda-se a leitura de Santos 1982, Azzi 1991 e Souza 2009.

liana (Azzi 1991: 54). Daí o aumento da importância do clero secular em relação ao clero regular (Neder 2007: 108). Um alerta deve ser feito para o fato de que a instituição eclesiástica continuou a ter um lugar importante no edifício sociopolítico, sobretudo no nível familiar e educacional, no qual a Igreja seguiu mantendo a sua influência estruturante (Azzi 1991: 54). A continuidade de sua relevância política fica comprovada, por exemplo, pela quantidade de bispos no Conselho de Estado e na administração do ultramar (Souza 2011: 209).

Dentro desse contexto devem ser entendidas: 1) a expulsão dos jesuítas, vistos estes como «sustentáculos da autoridade papal», e portanto uma ameaça ao processo de centralização do Estado (Neder 2007: 107), e 2) a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, realizada em 1772, com o objetivo de criar novos quadros burocrático-administrativos comprometidos com a nova mentalidade que se formava (108-109). Não se tratou, porém, de promover uma alteração significativa da estrutura social, altamente hierarquizada, nem de romper com o padrão de dominação absolutista, calcado numa obediência irrestrita à autoridade superior do monarca (108). Tratou-se, pois, de um modelo de «absolutismo ilustrado» (109). É dentro desse espírito que devem ser entendidas as reformas por que passará a Universidade de Coimbra, cujos efeitos serão de longa duração, sobretudo no Brasil (109).

As Reformas da Universidade

Não se pode compreender as Reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 sem falar no nome de Luís Antônio Verney (1713-1792), cuja obra *O verdadeiro método de estudar* (1746) representa o esforço de renovação pedagógica no reino (Souza 2010: 362). Nessa obra, publicada clandestinamente no formato de cartas ainda no Reinado de D. João V e sob o pseudônimo de Barbadinho, Verney realiza uma crítica ao estado do ensino em Portugal e propõe reformas (360). Oratoriano, Verney teve ainda um percurso sintomático. Era filho de pais franceses, além de ter estudado em colégio jesuíta (Neder 2007: 119) como muitas das personalidades que atuaram nas reformas pombalinas.

A obra deve ser compreendida dentro do contexto de ruptura com a pedagogia jesuítica e com a eclesiologia ultramontana predominante na época. Sua crítica visa diretamente ao probabilismo-casuísta jesuíta e à teologia escolástica, propondo um ensino teológico calcado na teologia positiva, ou seja,

num retorno às fontes da Igreja primitiva e à história (Souza 2010: 361-362). No campo da filosofia, propõe os estudos de Física e de Direito, acrescentando o estudo da História do Direito Pátrio, disciplina fundamental nos novos currículos de Coimbra (Azzi 1991; Neder 2007; Venâncio Filho 2011).

Coimbra: o modelo para os cursos jurídicos no Brasil

A reforma jurídica na Universidade de Coimbra produziu efeitos de longa duração no Brasil, os quais podem ser observados em pelo menos três aspectos: 1) através da assim chamada «Geração de 1790», composta por juristas formados na Coimbra pós-reformas, e que protagonizaram o processo de independência e a administração do Estado imperial recém-fundado; 2) no processo de fundação dos cursos jurídicos no Brasil, em São Paulo e Olinda (transferido para Recife em 1854); 3) por fim, através do processo de circulação de ideias e livros entre as duas margens do Atlântico (Neder 2007: 135). Esse último processo foi marcado pela censura e por uma seleção pragmática, típica da ilustração portuguesa.¹⁷ É a partir desse conjunto que se pode flagrar concretamente aquilo que neste ensaio se denomina «matriz ibérica».

Antes da fundação das Faculdade de Direito no Brasil (1827), a educação reduzia-se aos seminários religiosos, que mantiveram uma posição importante no campo educacional. Nenhum dos seminários religiosos esteve mais paradigmaticamente vinculado ao espírito das reformas pombalinas e à difusão das ideias ilustradas no Brasil que o Seminário de Olinda (Azzi 1991: 30s./72s.). Instalado no antigo edifício do Colégio dos Jesuítas em 1800, o seminário foi implantado pelo também oratoriano José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821): formado em teologia por Coimbra imediatamente após as reformas, trata-se de um típico filho espiritual da Era Pombalina. Seu tio era nada menos que Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822), reitor da Universidade de Coimbra durante o período das reformas, entre 1870 e 1879, e futuro Bispo de Coimbra (Azzi 1991).

O Seminário de Olinda teve um papel importante na divulgação das ideias ilustradas em Pernambuco, província que ficaria famosa pelas revoltas de coloração liberal nas primeiras décadas do século XIX, como a Revolução Praieira (1817) e a Confederação do Equador (1824). Foi ainda a primeira

¹⁷ Sobre essa seleção «pragmática» típica do pombalismo, cf. Azzi 1991 e Neder 2007.

região a se declarar independente da metrópole portuguesa. Muitos dos participantes das revoltas receberam sua formação no Seminário de Olinda, atesando a sua importância para o panorama intelectual da província (cf. Azzi 1991: 72ss.). Dentre as suas crias destaca-se, por exemplo, o nome de Frei Caneca (1779-1825), protagonista em ambas as revoltas e frequentador assíduo da biblioteca dos Oratorianos.

Não se deve exagerar, porém, o liberalismo de um Azeredo Coutinho. Como apontamos, era um típico representante da Era Pombalina e, como tal, não rompia com o modelo do «pároco iluminista», que deveria apresentar-se como orientador e educador cultural. É importante perceber, portanto, que no Brasil as ideias ilustradas foram recepcionadas e divulgadas, sobretudo pelo clero, ganhando uma coloração religiosa. Assim, estiveram despidas do anticlericalismo e deísmo que algumas vertentes francesas demonstraram. Apesar da expulsão dos inacianos, o ensino manteve-se, pois, em grande medida nas mãos do clero (cf. Azzi 1991: 76/116).

Fato é que a influência do pensamento francês foi marcante no Brasil a partir de fins do século XVIII e, apesar do controle exercido pela metrópole, alimentou anseios, ainda que difusos, por maior independência com relação à metrópole. Um dos exemplos clássicos é a análise do acervo da biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva (1735-1809), um dos conspiradores da Inconfidência Mineira (1789), cheia de obras francesas, especialmente de caráter jansenista (cf. Azzi 1991: 98).

Outro exemplo interessante é o da biblioteca do Seminário dos Franciscanos de São Paulo, instalado também no antigo Colégio dos Jesuítas da cidade, que formará a base da futura Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Augustin Wernet, impressiona o prestígio da cultura francesa, tanto em matéria de ciência como de religião. Lá se encontram «luminares do jansenismo», segundo suas palavras (*apud* Azzi 1991: 79).

Como se pode ver, apesar das suas origens comuns no modelo coimbreense e da influência marcante das ideias francesas (sobretudo jansenistas-galicanas) via Portugal, ambas as Faculdades apresentaram algumas diferenças regionais que não podem ser desprezadas. Enquanto a Faculdade de Direito de Olinda/Recife esteve mais aberta à influência da formação ideológica de Pernambuco, marcada pelos movimentos liberais de 1817 e 1824, em São Paulo deu-se uma influência maior dos franciscanos, mais fiéis ao pragmatismo tecnicista de estilo pombalino (Neder 2007: 145s.).

O pensamento francês sob o filtro do pombalismo – a incorporação pragmática de ideias francesas

Resta ainda qualificar melhor o que significou recepcionar e ler o pensamento francês a partir do filtro do pombalismo. Não custa frisar que no Império Luso-Brasileiro, a política educacional pombalina, embora expulsasse os jesuítas, substituiu-os por outras ordens religiosas (sobretudo pela Congregação do Oratório), o que significou uma influência de ideias jansenistas-galicanas de caráter regalista, para não falar da permanência de uma religiosidade católica forte na cultura portuguesa, que não poderia ser apagada da noite para o dia (cf. Neder 2007: 148).

Pombal não lutava propriamente contra a Igreja. A sua ação situava-se dentro do espírito do despotismo ilustrado, cujo postulado máximo era não tolerar autoridades paralelas ao poder do monarca (Santos 1982: 200). Uma das provas dessa relação diferenciada com a religião está na figura de um de seus principais assessores, o Padre da Congregação do Oratório de Lisboa, António Pereira de Figueiredo (1725-1797), considerado como «o teólogo oficial do Marquês» (Santos 1982: 186, em nota de pé de página). António Pereira foi o autor do *Appendix* ao capítulo segundo da segunda parte do *Compêndio Histórico*, que pautaria a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772, obra que tem como base uma série de pensadores jansenistas franceses. O título do apêndice é sintomático: «Appendix ao capítulo segundo da segunda parte para servir de Suplemento ao Sexto ao dos Estragos e Impedimentos que a Sociedade jesuítica fez e acumulou para corromper e impossibilitar o estudo da Jurisprudência Canônica e Civil com a introdução e propagação da Moral de Aristóteles» (188).

Sobre a obra *Dedução Cronológica e Analítica* (1767), em carta ao Padre Nicolau Francisco, da Casa do Oratório de Goa, com a qual Verney também se correspondia, Pereira de Figueiredo afirma:

[...] procure em Goa quem lhe empreste a *Dedução Cronologica e Analytica* (da qual eu sei que o Sr. Marquês seu autor mandou para lá muitos exemplares) e por ele saberá, o que fizeram em duzentos anos os Jesuítas em Portugal. *Esta é a obra prime do Sr. Marquês*, a qual eu com tanto gosto como trabalho traduzi de Portuguez em Latim para que dela se pudessem aproveitar todas as Nações. (188; grifos em itálico do original)

Assim, o que o pombalismo de fato realizou foi uma recepção cuidadosa e uma seleção pragmática de certas ideias francesas, despidas do liberalismo radical, do anticlericalismo, do antimonarquismo e do deísmo de algumas

tendências (Azzi 1991: 159). Esse processo se deu, principalmente, a partir de três aspectos: 1) uma formação teológica e jurídica para as elites políticas brasileiras centralizada em Coimbra e, depois, nas Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, que, apesar das colorações regionais, eram filhas dos Estatutos «pombalinos»; 2) uma forte estrutura censória herdada da Inquisição e centralizada na Real Mesa Censória (criada em 1768), visando especificamente ao controle da circulação de livros e ideias consideradas perigosas; 3) do próprio processo de circulação de ideias e apropriação cultural, que se pautou por uma forte carga jansenista e galicana (cf. Azzi 1991: 159).

Assim, o «iluminismo ibérico» é de um tipo diferente, pois as ideias ilustradas foram pragmaticamente recepcionadas em um universo onde vigia o absolutismo monárquico. Por isso, foi avesso ao deísmo e ao liberalismo radical de alguns enciclopedistas (cf. Azzi 1991: 54). Predominaram fortes traços galicanos e jansenistas. Portugal constitui, portanto, um caminho diferente para a modernidade, onde predominou uma seleção de alguns princípios modernos-liberais em uma estrutura sócio-política, ideológica e afetiva predominantemente hierárquica, absolutista e cristã. Houve um processo de conciliação entre modernidade e tradição, que caracteriza o absolutismo ilustrado de corte pombalino (cf. Domingues 2003; Neder 2007).

Um breve balanço à guisa de conclusão

No reinado de D. João V reforçaram-se algumas medidas de cunho regalista e a Congregação do Oratório foi incentivada, o que produziu o primeiro rompimento com o monopólio jesuíta do ensino (Neder 2007: 105). Porém, apenas a partir de D. José I é que houve condições para maior difusão de concepções regalistas, jansenistas e galicanas, já que tais ideias fortaleciam os propósitos centralizadores da Coroa (Souza 2009: 209). A Congregação do Oratório foi, talvez, a principal responsável, após o fim do monopólio jesuíta (1759), pela divulgação destas ideias (Azzi 1991: 48). Apesar de ter havido oratorianos que, por suas obras, despertaram a suspeita ou até a franca hostilidade do Marquês de Pombal, chama igualmente atenção a adesão de muitos oratorianos à política pombalina. O certo é que a prosperidade da Congregação dependeu, em grande medida, da proteção régia e a ela foi dada a missão de substituir os jesuítas nas aulas deixadas vagas, após a expulsão destes (Azzi 1991; Neder 2007).

Por outro lado, as ideias francesas foram apropriadas num contexto de absolutismo monárquico, onde predominava uma perspectiva pragmática focada na razão de estado e na obediência ao monarca. Essa influência se espelhou no Brasil através da formação jurídica centralizada, primeiro em Coimbra, depois no próprio país, a partir da fundação das Faculdades de Direito, inspiradas no modelo «coimbrão». Outro fator fundamental foi a censura à circulação de livros e ideias. Sobre esse aspecto, basta lembrar que

no início do século [...] até a década de 1810 [...] não existiam livrarias propriamente ditas, o que mais se aproximava de uma livraria, no Recife, era a portaria dos conventos, onde se vendiam folhinhas, santinhos e hagiológicos. Livrarias não se encontravam, andando os livros sujeitos a uma vexatória e ridícula inspeção. Para se conseguir abastecer esses espaços com obras, recorria-se, muitas vezes, à prática do contrabando: prova isso, o excessivo controle exercido pela Mesa Censória que, em edital de 1770, condenava à pena de fogo mais de 120 livros, geralmente em língua francesa, mas também em inglês e latim, entre eles, obras de Hobbes, Rousseau, Spinoza, Voltaire etc. (Cabral 2008: 92s.)

De fato, o número de livrarias, bibliotecas e tipografias só começou a crescer com a criação do Curso Jurídico em Olinda, cujo acervo era constituído, sobretudo, pela biblioteca da extinta Congregação dos Oratorianos. Assim, a «matriz ibérica» a que fizemos referência foi, na verdade, uma matriz pombalino-regalista e jansenista-galicana. Essa é marca do «iluminismo luso-brasileiro», pelo menos tal qual esteve presente na base do ensino jurídico no Brasil do século XIX.

Agora talvez fique um pouco mais claro o itinerário intelectual de Tobias Barreto em direção aos autores alemães e a ruptura que sua trajetória significou com o *habitus* intelectual dominante. Apenas a partir de Tobias Barreto é que se rompe com a «matriz ibérica», pombalina, regalista, com fortes tendências jansenistas-galicanas. Barreto lia os alemães no original, imiscuiu-se na cultura de fala alemã, defendia as ideias do liberalismo radical, como por exemplo a educação da mulher, e era um crítico inveterado do regime monárquico. Sua visão de mundo era monista, ou seja, profundamente antitomista e anticlerical. Suas fontes jurídicas, oriundas do direito alemão, mostravam-se contrárias à escolástica, à metafísica e ao *jusnaturalismo* vigentes até então. Lia o jurista Rudolf von Jhering (1818-1892) e o zoólogo Ernst Haeckel (1834-1919), em vez de os preferidos da elite intelectual brasileira, como Guizot (1787-1874), Cousin (1792-1867) ou Auguste Comte (1798-1857).

Referências

- Alonso, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Azzi, Riolando. *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- Balmès, Jacques. *Philosophie Fondamentale*. Paris: Auguste Vaton, Libraire-Éditeur, 1852.
- Barreto, Tobias. *Estudos de filosofia*. Rio de Janeiro / Brasília: Record / INL, 1990a.
- Barreto, Tobias. *Crítica de religião*. Rio de Janeiro / Brasília: Record / INL, 1990b.
- Barreto, Tobias. *Estudos alemães*. Rio de Janeiro / Brasília: Record / INL, 1991.
- Beviláqua, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.
- Cabral, Eurico Jorge Campelo. *O liberalismo em Pernambuco: as metamorfoses políticas de uma época (1800-1825)*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB / CCHLA, 2008.
- Campos, Fernando Arruda. «Reflexão Introdutória ao Estudo da Filosofia na Época Colonial, no Brasil». Em: Adolpho Crippa (org.). *As idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978, 41-57.
- Caro, E. «La Morale de le Guerra de la Prusse – Kant et M. de Bismarck». Em: *Revue des Deux Mondes*. Tome XI^e Année. Seconde Période. Tome Quatre-Vingt-Neuvième. Nov.-Dez. 1870, 577-594.
- Chacon, Vamireh. *Da Escola do Recife ao Código Civil; Arthur Orlando e sua Geração*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1969.
- Chacon, Vamireh, «Introdução. Tobias Barreto e Dom Pedro II: Duas Faces do Germanismo Brasileiro». Em: Tobias Barreto. *Monografias em alemão*. Rio de Janeiro / Brasília: Record / INL, 1990, 35-47.
- Chartier, Roger. «A leitura: Uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier». Em: Roger Chartier. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, 231-253.

- Costa, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- Costa, João Cruz. «Tobias Barreto, ein Verkünder des ‘Germanismus’ in Brasilien». Em: Egon Schanden (org.). *Staden-Jahrbuch*, tomo 5. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1957, 127-135.
- Costa, João Cruz. «As novas idéias». Em: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. *O Brasil Monárquico*. Vol. 1. O processo de Emancipação. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, 179-190.
- Costa, João Cruz. «O pensamento brasileiro sob o Império». Em: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. *O Brasil Monárquico*. 3.º Vol. *Reações e Transações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, 323-342.
- Darnton, Robert. «História da leitura». Em: Peter Burke (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, 199-236.
- Domingues, Beatriz Helena. «A Disputa entre ‘Cientistas Jesuítas’ e ‘Cientistas Iluministas’ no mundo ibero-americano». *Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião*. Juiz de Fora, v. 5, n.º 2, 2003, 129-154.
- Faoro, Raymundo. *Os Donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1975.
- Ginzburg, Carlo. «Sinais: Raízes de um paradigma indiciário». Em: Carlo Ginzburg. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 143-179.
- Grinberg, Keila. «Tobias Barreto». Em: Ronaldo Vainfas (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, 698-700.
- Lima, Hermes. *Tobias Barreto (A Época e o Homem)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- Losano, Mario G. «La biblioteca tedesca di Tobias Barreto a Recife». Em: Mario G. Losano. *Um giurista tropicale. Tobias Barreto fra Brasile reale e Germania ideale*. Roma: Gius. Laterza & Figli, 2000, 251-265.

- Maxwell, Kenneth R. «The Generation of the 1790 and the Idea of a Luso Brazilian Empire». Em: Dauril Alden (org.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, 107-144.
- Mercadante, Paulo. *Tobias Barreto: o feiticeiro da tribo*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2006.
- Neder, Gizlene. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- Neder, Gizlene / Cerqueira Filho, Gisálio. *Idéias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- Neder, Gizlene / Silva, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. «Intelectuais, Circulação de Ideias e Apropriação Cultural: Anotações para uma Discussão Metodológica». *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 1, n.º 1, janeiro/julho, 2009, 29-54.
- Neder, Gizlene. *Duas margens: ideias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*. Com a colaboração de Gisálio Cerqueira Filho. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2011.
- Neves, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa / Companhia das Índias, 2011.
- Neves, Lúcia Maria Bastos P. / Machado, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Oberacker Jr., Carlos H. «Fortuna Crítica: Tobias Barreto de Meneses, o mais significativo germanista do Brasil». Em: Tobias Barreto. *Monografias em alemão*. Rio de Janeiro / Brasília: Record / INL, 1990, 267-278.
- Paim, Antônio. *A Filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Saga, 1966.
- Paim, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo / Edusp, 1974.
- Pallares-Burke, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- Pouchet, George. «L'Enseignement supérieur des sciences em Allemagne». *Revue des Deux Mondes*. Paris. Tome XXXIXe Année. Seconde Période. Tome Quatre-Vingt-Troisième. Set.-Out. 1869, 430-449.

- Revue des Deux Mondes*. Paris. Tome XXXIXe Année. Seconde Période. Tome Quatre-Vingt-Troisième. Jan.-Fev. et Set.-Out. 1869.
- Revue des Deux Mondes*. Tome XLe Année. Seconde Période. Tome Quatre-Vingt-Cinquième. Jan.-Fev., Jul.-Ago. et Set.-Out. 1870.
- Saldanha, Nelson. «Origens. Matrizes Portuguesas». Em: Nelson Saldanha. *O Pensamento Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1978a, 11-19.
- Saldanha, Nelson. «A 'Escola do Recife' na evolução do pensamento brasileiro». Em: Adolpho Crippa (org.). *As Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978b, 81-114.
- Santos, Cândido dos. «António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung. Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2ª metade do século XVIII». *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo I, 1982, 167-203.
- Souza, Evergton Sales. «Jansénisme et reforme de L'Eglise dans L'Amérique portugaise au XVIIIe siècle». *Revue de l'Histoire des Religions*. 2/2009, 201-226.
- Souza, Evergton Sales. «The Catholic Enlightenment in Portugal». Em: Ulrich L. Lehner / Michael Printy (eds.). *A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe*. Leiden / Boston: Brill, 2010, 359-402.
- Souza, Evergton Sales. «Igreja e Estado no período pombalino». *Lusitania SACRA*, n.º 23, Janeiro-Junho, 2011, 207-230.
- Venâncio Filho, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- Villaça, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- Werebe, Maria José Garcia. «A Educação». Em: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. *O Brasil Monárquico*. 4º Vol. *Declínio e queda do Império*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, 366-383.